

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 246 – 11/04 à 15/04/2022

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *eSocial*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Lançado o módulo web para eventos de Segurança e Saúde no Trabalho](#)

eSocial - 11/04/2022

Além de prestar as informações de Segurança e Saúde no Trabalho – SST por meio dos sistemas próprios de gestão, agora os empregadores ou as empresas e profissionais especializados poderão também usar o novo módulo do eSocial para informar os eventos de SST. Para utilizar o módulo web SST, será necessário que o empregador acesse utilizando suas credenciais (certificado digital, acesso via gov.br ou código de acesso e senha) ou faça uma procuração eletrônica específica para a empresa ou profissional especializado, para o envio dos eventos. A procuração é outorgada acessando o eCAC, da Receita Federal.



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Consif aciona STF sobre aplicação da justiça gratuita nos tribunais trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/04/2022

A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, ação em que defende que o benefício da justiça gratuita, na Justiça do Trabalho, somente seja concedido quando for efetivamente comprovada a insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 80 foi distribuída ao ministro Edson Fachin.

### [Presidente do TST recebe dirigentes das oito maiores centrais sindicais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2022

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Emmanoel Pereira, recebeu, nesta terça-feira (12), dirigentes das oito maiores centrais sindicais do Brasil. Durante o encontro, foi entregue ao presidente a Agenda Legislativa e Jurídica de 2022, com os temas a serem discutidos no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF).

### [Negada compensação por danos materiais a mecânico em tratamento psicológico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2022

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que negou o pedido de indenização por danos materiais de um mecânico da Vale S.A. em Vitória (ES), em razão de tratamento psicológico. Ele alegava nexos causais com as atividades na empresa, mas, sem poder realizar reexame de fatos e provas, a Turma manteve o entendimento de que o tratamento decorreu de evento “totalmente distante de causas laborais”.

## [Justiça do Trabalho não vai julgar ação de aprendiz que sofreu acidente em curso do Senai](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/04/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que não compete à Justiça do Trabalho julgar o pedido de indenização por dano moral e material formulado por um aprendiz da Produtos Erlan S.A., de Uberlândia (MG), contra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em razão de acidente ocorrido durante curso de aprendizagem. Segundo o colegiado, o reconhecimento da responsabilidade exclusiva do Senai pelo acidente afasta a competência da Justiça do Trabalho, pois não havia relação de trabalho entre o aprendiz e a instituição.

## [Confederação pode ingressar com ação ordinária para cobrança de contribuição sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/04/2022

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a possibilidade de ajuizamento de ação ordinária (monitória) pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para a cobrança de contribuição sindical rural patronal de contribuintes inadimplentes. De acordo com a decisão, a ação executiva, prevista na CLT, não é a única via judicial para a cobrança das contribuições em atraso.



## Notícias do Executivo

### [Conselho aprova resolução com regulamentação sobre operações de empréstimos consignados](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 13/04/2022

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou por unanimidade resolução que ratifica a Instrução Normativa nº 131 do INSS, que regulamentou o aumento da margem consignável e o acesso de beneficiários do BPC/LOAS às operações de empréstimos consignados. O Conselho também aprovou a proposta apresentada pelo INSS de revisar as penalidades aplicadas às instituições financeiras que apresentarem irregularidades nas operações de empréstimos consignados, além de recomendar ao INSS a regulamentação do uso do cartão consignado de benefícios. A reunião virtual do CNPS aconteceu na última terça-feira (12).

### [Ministro Oliveira transmite cargo de presidente do INSS a Guilherme Serrano](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 13/04/2022

O ministro José Carlos Oliveira, do Trabalho e Previdência, transmitiu o cargo de presidente do INSS ao servidor Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, nesta quarta-feira (12), em solenidade realizada no auditório do edifício-sede do Instituto, em Brasília (DF). Guilherme, aos 36 anos, é o mais jovem presidente da história do INSS. Antes de ser nomeado no dia 7 de abril, atuou como diretor de Tecnologia e Inovação. Ele já ocupava o cargo de diretor e presidente substituto, na gestão do atual ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira.

### [Live abre a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2022](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 12/04/2022

Identificar perigos, avaliar riscos e prevenir acidentes e doenças no trabalho. Esse é o

lema da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) deste ano, lançada na manhã de terça-feira (12/04), durante live realizada no Canal de Youtube da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT). Embora a CANPAT aborde aspectos gerais de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, a cada ano a Campanha tem o propósito de provocar debates específicos. Assim, a CANPAT 2022 pretende aprofundar aspectos da Gestão de Riscos Ocupacionais, em consonância ao início de vigência, em janeiro deste ano, da nova Norma Regulamentadora nº 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).

### [Ministério da Economia lançará projeto para melhorar o ambiente de negócios do setor da construção](#)

Ministério da Economia - 14/04/2022

No próximo dia 26 de abril, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) lançará o Projeto Construa Brasil. A ação – cujo lançamento será transmitido ao vivo pelo canal streaming ME – tem como objetivo melhorar o ambiente de negócios do setor da construção, retirando barreiras atuais e incentivando as empresas à modernização.

### [Câmara aprova projeto que altera regras do Pronampe](#)

Ministério da Economia - 13/04/2022

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (12/4) o Projeto de Lei 3188/21, que altera as regras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O projeto recebeu emendas de plenário e, por isso, agora retorna ao Senado, antes de seguir para a sanção presidencial.

### [RBSO traz reflexões sobre Covid-19](#)

Fundacentro - 14/04/2022

O dossiê A Pandemia da Covid-19 e a Saúde do Trabalhador, da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), traz três novos textos que refletem sobre o período pandêmico: o editorial [COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho](#), a carta [Mães acadêmicas durante e após a pandemia de COVID-19](#) e o ensaio [Transmissão da COVID-19: um breve reexame das vias de transmissão por gotículas e aerossóis](#).

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT recomenda que CSN reintegre os empregados demitidos a partir desta segunda \(11/4\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/04/2022

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) expediu Notificação Recomendatória para que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reintegre os empregados demitidos na data de hoje, 11 de abril de 2022, se abstenha se demitir novos empregados e de interferir nas deliberações dos trabalhadores. A notificação foi emitida após o MPT-RJ tomar conhecimento de que a empresa demitiu uma série de funcionários que formaram uma comissão de negociação paralela. Para o MPT, a dispensa de empregados durante período de negociação das cláusulas de Acordo Coletivo de Trabalho ou de sinalização de greve constitui ato abusivo e de má-fé da empregadora, vez que se utiliza indevidamente do direito potestativo de dispensa de empregados para impingir temor na categoria que está lutando por melhores condições de trabalho.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Diretor do SINAIT aponta potenciais danos que o PL 6461 causará à Aprendizagem profissional de adolescentes e jovens](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/04/2022

O diretor do SINAIT, Sebastião Estevam dos Santos participou, na tarde desta terça-feira, 12 de abril, de audiência pública da Comissão Especial da Câmara, que debateu o projeto que institui o Estatuto do Aprendiz - PL 6461/19 e defendeu que sejam priorizados os adolescentes e que isso seja claramente explicitado no texto do Projeto de Lei. A audiência foi conduzida pelo presidente do colegiado, deputado Felipe Rigoni (União/ES).

[Senado Federal: SINAIT participa de debate sobre segurança e saúde no trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/04/2022

A Auditora-Fiscal do Trabalho Ana Luiza Caldas Horcades representou o SINAIT na sessão de debate temático, ocorrida na manhã desta quarta-feira, 13 de abril, no Senado Federal, em que se discutiu a “Campanha Abril Verde”, instituída para conscientização sobre segurança do trabalho e discussão acerca de pontos relacionados à saúde e à prevenção de acidentes. A reunião aconteceu por iniciativa do senador Paulo Paim (PT/RS), que convidou representantes do serviço público e da iniciativa privada. O presidente do Sindicato, Bob Machado, acompanhou as apresentações, assim como o diretor Sebastião Estevam dos Santos e o delegado sindical do Rio de Janeiro, Daniel Pereira Ferreira.

## Outras Notícias

### [Empresa de energia deve indenizar família de trabalhador morto por afogamento](#)

Consultor Jurídico - 15/04/2022

É obrigação da empresa fornecer condições para que o funcionário trabalhe sem comprometer a sua segurança pessoal. Essa responsabilidade, portanto, salvo exceções, não pode ser atribuída exclusivamente ao trabalhador. Foi o que argumentou o juiz Raimundo Dias de Oliveira Neto, da 1ª Vara do Trabalho de Sobral (CE), ao decidir que a Enel terá de indenizar a família de um empregado que morreu por afogamento durante o serviço. O valor foi estipulado em R\$ 600 mil por danos morais (R\$ 150 mil para cada membro da família), além de pensão de meio salário mínimo para os três filhos menores de idade da vítima, até que eles completem 18 anos.

### [Novo texto da NR 35 sobre trabalho em altura entra em consulta pública](#)

Revista Proteção - 14/04/2022

Foi publicado hoje, 14 de abril, no [Diário Oficial da União](#), a [consulta pública](#) sobre a nova Norma Regulamentadora nº 35 (Trabalho em Altura), com o objetivo de divulgar o texto técnico elaborado pelo governo como proposta para revisão da norma, visando coletar sugestões da sociedade a respeito da proposta. O documento foi assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira.

### [Abril Verde: debatedores defendem políticas para prevenção de doenças e acidentes de trabalho](#)

Revista Proteção - 14/04/2022

Instituir uma política de Estado que efetive o sistema de prevenção de doenças e acidentes de trabalho e garantir instrumentos legais para a fiscalização em defesa do meio ambiente profissional e da saúde do trabalhador. Essas foram algumas das iniciativas



defendidas por senadores e especialistas durante sessão de debates temáticos, nesta quarta-feira (13), para promoção do Movimento Abril Verde, mobilização criada para a conscientização sobre a segurança e saúde do trabalho.

### [Casos de acidentes de trabalho cresceram 470% em 11 anos na BA](#)

Revista Proteção - 13/04/2022

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou, no domingo (10), que o número de acidentes de trabalho aumentou 470% nos últimos 11 anos na Bahia. Entre 2010 e 2021, foram registrados 39.037 em todo o estado, sendo 1.133 em 2010 e 6.469 no ano passado.

### [Acidentes de trabalho geraram morte de 21 mil pessoas entre 2012/2020](#)

Revista Proteção - 12/04/2022

Durante o abril verde e com a proximidade do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças relacionadas ao Trabalho, em 28 de abril, começou nesta terça-feira, a CANPAT, Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Este ano, o tema é “Gestão de Riscos Ocupacionais: identificar perigos, avaliar riscos, prevenir acidentes e doenças no trabalho”.



## Atos Normativos

[DESPACHO Nº 167/PGFN-ME, DE 8 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 11/04/2022 Seção I Pág. 18)

- O contrato de troca ou permuta não deve ser equiparado, na esfera tributária, ao contrato de compra e venda, pois não haverá, em regra, auferimento de receita, faturamento ou lucro na troca. O art. 533 do Código Civil apenas ressalta que as disposições legais referentes à compra e venda se aplicam, no que forem compatíveis, com a troca no âmbito civil, definindo suas regras gerais. Como corolário, não havendo comprovação documental em sentido contrário, nem parcela complementar, o valor do imóvel recebido nas operações de permuta com outro imóvel não deve ser considerado receita, faturamento, renda ou lucro para fins do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS apurados pelas empresas optantes pelo lucro presumido;

[PORTARIA ME Nº 3.125, DE 7 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 11/04/2022 Seção I Pág. 17) - Altera o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aprovado pela Portaria nº 343, de 9 de junho de 2015, do extinto Ministério da Fazenda;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.005, DE 11 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 12/04/2022 Seção I Pág. 92) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS Nº 990, de 28 de março de 2022 (Livro I das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios);

[PORTARIA SE/MTP Nº 761, DE 11 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 12/04/2022 Seção I Pág. 92) - Estabelece para o mês de abril de 2022, os fatores de atualização das contribuições vertidas para cálculo do pecúlio, dos salários-de-contribuição para fins de concessão de benefício no âmbito de acordos internacionais, e atualização monetária dos salários-de-contribuição para apuração do salário-de-benefício e outros;

[PORTARIA MTP Nº 697, DE 4 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 13/04/2022 Seção I Pág. 531) - Altera a Portaria MTP nº 547/2021, para dispor sobre as atividades incompatíveis com as atribuições do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho;

[DECRETO Nº 11.043, DE 13 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 14/04/2022 Seção I Pág. 02) - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

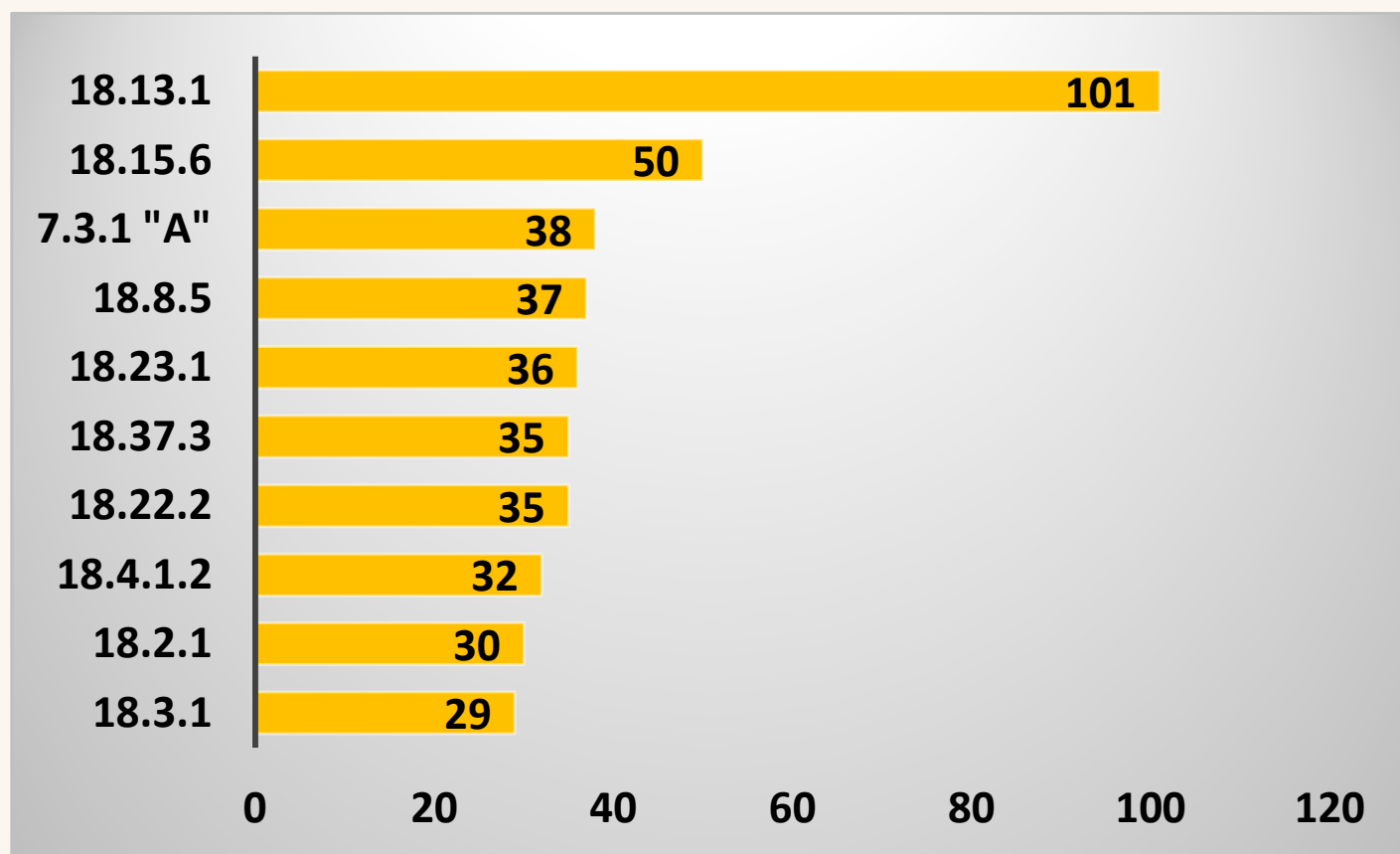
[PORTARIA Nº 698, DE 4 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 14/04/2022 Seção I Pág. 455) - Altera a redação da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 3/2022](#) (DOU de 14/04/2022 Seção III Pág. 141) - Torna sem efeito o Aviso de Consulta Pública nº 2/2022, de 30 de março de 2022, publicado na página 127 da Seção 3 do Diário Oficial da União de 4 de abril de 2022, e submeter à consulta pública novo texto da Norma Regulamentadora nº 35 - Trabalho em altura. O texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-nr-35>.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

**Itens mais fiscalizados:** É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.4.1.2** As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.3.1** São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*